

A USINA E A VARANDA: A TEATRALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO PATRONAL

JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES* e
ROSILENE ALVIM**

RESUMO

Com base em narrativas ouvidas de antigos empregados (décadas de 1930 e 1950), descrevendo a apresentação de famílias operárias recrutadas de regiões rurais, ao dono da fábrica, os autores, atentos à historicidade dos processos, analisam particularidades das relações de dominação entre patrão e empregados, em uma companhia têxtil instalada, no início do século XX, nas cercanias de Recife-Pernambuco. Tratam a apresentação como um *ritual* que “estabelece uma ligação clara entre a instauração de uma nova dominação industrial e a dominação rural tradicional”, e chamam a atenção para similaridades e diferenças, nos diferentes contextos.

ABSTRACT

Using a starting point the stories heard from old employees (from 1930 to 1950), which describe the presentation of worker families, recruited from rural regions, to the owner of the factory, the authors pay attention to the historical processes of domination between the boss and the workers, in a textile industry installed in the beginning of the XX century near Recife, Pernambuco. The treat this presentation as a ritual which “establishes a clear link between the beginning of a new industrial domination and the traditional rural domination,” and the call attention to similarities and differences in the varying contexts.

* Doutor em Antropologia Social, professor Associado do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Doutora em Antropologia Social, professora Adjunto IV da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No momento das entrevistas realizadas durante uma pesquisa de campo numa cidade operária do Nordeste brasileiro¹, os antigos trabalhadores nos ofereciam narrativas recorrentes, descrevendo uma cerimônia de apresentação, dirigida ao patrão da fábrica, de várias famílias operárias recrutadas diretamente das regiões rurais, entre os anos 1930 e 1950.²

Trata-se de narrativas de uma cena vivida pelos trabalhadores empregados durante esse período (e aqueles que não tiveram diretamente essa experiência, referem-se igualmente a ela): as famílias, recrutadas alguns dias depois de sua chegada à cidade, são conduzidas não ao setor de pessoal da usina, e sim à presença do patrão em pessoa, o presidente da companhia, na entrada de sua residência, a casa-grande, como dita a tradição nas grandes propriedades rurais. Ali, as famílias esperam em fila indiana o momento de serem apresentadas ao patrão e interrogadas por ele. Então elas são, alternadamente, testemunhas e atores passivos da demonstração do exercício de autoridade e do arbítrio patronal: o patrão examina as mãos e os olhos dos membros da família, em particular do pai, ordena as funções das pessoas assim examinadas para as seções da usina, segundo essa indicação

superficial; interroga, ainda, os homens sobre seus trabalhos anteriores, sobre sua religião e, publicamente, elimina e descarta as famílias cujo pai apresente mãos finas demais, signo de preguiça.

Essa cena constitui um ritual, uma cerimônia institucional de admissão (GOFFMAN, 1968: 59, 143, 148) que estabelece uma ligação clara entre a instauração de uma nova dominação industrial e a dominação rural tradicional: ela condensa simbolicamente e opera a teatralização de um processo histórico, para além da usina e da cidade em questão. A cena é considerada, neste artigo, como o ápice de um processo determinado de admissão de trabalhadores na usina, podendo, ele mesmo, ser analisado como constitutivo de um ritual de passagem em que predomina o “rito de agregação” (VAN GENNEP, 1969: 14), ou ainda como um “ritual de instituição” (BOURDIEU, 1982). De fato, a cena da contratação descrita pelos trabalhadores mostra-se como *sui-generis*: não se trata simplesmente de uma fila indiana de indivíduos-candidatos a assalariados que se dirigem para uma burocracia de triagem, seleção e alocação; mas, de uma fila de famílias trabalhadoras, de origem camponesa, recebidas pelo patrão (rodeado de alguns conselheiros) que trans-

mite uma dramatização do poder patronal, plena de signos do exercício da autoridade tradicional nos engenhos e fazendas (grandes proprietários rurais, em geral). Entretanto, em um contexto industrial, em que o caráter de *perpetuum mobile* da produção e da circulação de um grande número de trabalhadores é a regra, esses símbolos da dominação tradicional são exacerbados, teatralizados, re-inventados e, paradoxalmente, tornam-se mais “ideal-típicos” do que no contexto das grandes propriedades rurais.

É isso o que examinamos na primeira parte deste trabalho, realizando um paralelo entre a descrição do ritual narrado pelos trabalhadores e cenas equivalentes nos engenhos, fazendo aparecer as similaridades e as diferenças entre esses dois modos de apresentação do exercício da autoridade. Entretanto, se o industrial e a administração da usina operam a demonstração de suas intenções de instituir uma linguagem de poder que, no fundo, se apropria dos símbolos da dominação tradicional, os rituais de admissão das famílias trabalhadoras demarcam também uma ruptura com o mundo ao qual pertencem. O exame de todo o processo de recrutamento, desde as regiões rurais até a entrada da usina, considerado também ele como um ritual mais amplo, que precede e inclui o ritual da cena da casa-grande, fornecerá, então, os elementos para se compreender essa ruptura.

Assim também a teatralização da dominação aparecerá, sob outras formas, em numerosos contextos da vida cotidiana da cidade operária, como, por exemplo, no mercado de bens alimentícios organizado pela usina, na concessão de canteiros operários, nas re-contratações de jovens trabalhadores em conflito com seus chefes imediatos. Essas são também ocasiões para reforçar as novas regras, as novas relações de autoridade doméstica no interior da família operária; em suma, aparecem rupturas com o antigo modo de vida camponês, que convergem para o estabelecimento desse novo mundo da cidade operária, expresso numa linguagem que conserva uma continuidade, em relação àquela da dominação rural tradicional. A eficácia dessa linguagem de dominação como veículo de comunicação e visão de mundo, caracterizada pela personalização das relações sociais, e a força de sua interiorização pelos operários, paradoxalmente, se confirma melhor (como examinaremos ao final deste

artigo) no momento do desencantamento e nas ocasiões de revolta dos trabalhadores frente a esse sistema de dominação, tornado ilegítimo a partir do final dos anos 1950. Qual é, então, a significação e o contexto dessa teatralização da dominação³, em relação às formas tradicionais de dominação, ao processo histórico de estabelecimento de uma dominação industrial que seja legítima – ao que chamamos de “paternalismo industrial”⁴ – e às formas de dominação em geral?

O “RITUAL INDUSTRIAL DA CASA-GRANDE” COMO RE-INVENÇÃO E EXACERBAÇÃO DE CENAS HOMÓLOGAS TRADICIONAIS

A cena da contratação de trabalhadores e suas famílias, tal como aparece nas suas narrativas retrospectivas, constitui uma cerimônia que, por seu aspecto inabitual, pode justificar que uma atenção particular seja endereçada às suas significações – como sublinha Robert Darnton (1986, *Apresentação*) –, pois ela pode conter uma visão de mundo original, imprimindo um caráter específico ao modo de dominação social nesse tipo de indústria.

As duas narrativas que se seguem apresentam especificidades: a primeira descreve a cena tal como um trabalhador recrutado a vivenciou diretamente; e a segunda faz referência à narrativa de outro trabalhador que, nascido na cidade, ouviu falar dela, sem entretanto, tê-la vivido diretamente.

- *Aquele que escolhia* [o lugar onde um operário iria trabalhar] *era o coronel Frederico. Quando as famílias do interior* [do estado de Pernambuco ou de estados vizinhos] *chegavam, o dia em que elas saíam do depósito* [referência ao lugar em que esse trabalhador recém chegado era alojado, provisoriamente, junto a outros recrutados], *ele colocava um sofá na frente da casa-grande e ficava ali sentado. Depois, os agentes* [recrutadores], *os empregados* [funcionários administrativos ou chefes de seção ou ateliê] *mandavam a gente ficar em fila indiana, do lado de fora,*

e ele [o patrão, talvez por intermédio de um empregado] chamava família por família. 'Família Unetelle!', aí a família se apresentava. Tudo era em torno dele. Cada um apresentava suas mãos. O exame que ele fazia era: 'cada um apresente a sua mão!'. Cada um lhe apresentava sua mão. Ele passava sua mão [sobre a mão do trabalhador] assim, olhava a mão: 'esse aqui é bom para trabalho tal!' Examinava outro: 'esse aqui é bom para aquele outro trabalho.' Aí ele olhou minha mão grosseira, porque eu trabalhei nas pedreiras e minhas mãos estavam cheias de calos. Ele olhou as mãos de todos os homens e depois ele nos perguntava em que a gente tinha trabalhado antes; sobre a religião, muitas perguntas. Quando eles me perguntaram sobre meu trabalho passado, eu respondi: 'Todo tipo de trabalho'. Aí ele disse: 'Esse aqui é bom para vigilante'. Mas os funcionários disseram: 'não, ele é bom para um outro serviço'. Aí ele foi e disse: 'Coloque ele nas caldeiras'. Eu acho que os ajudantes dele sabiam que eu vinha da cidade do sertão onde nasceu o governador naquela época [inimigo político da companhia], eles não confiaram em me deixar no posto [de vigia].

- O coronel Frederico olhava atentamente as mãos do povo. Ele queria ver mãos cheias de calos. Aquele que era o trabalhador. Ele dizia: 'Sim, sim, é um homem trabalhador. A família é de trabalhadores. Venham [o patrão chama seus funcionários de recrutamento], venham pegar essa família' [para registrar no setor de pessoal]. Mas se ele via uma mão fina, um pai de família ou um rapaz com a mão fina: 'Sim, sim, é uma família preguiçosa, a Companhia não emprega gente assim. Essa família

tem que ir embora'. Ele olhava também o fundo dos olhos das pessoas. Parece que se os olhos estivessem vermelhos, também não eram trabalhadores. Ele era assim, cheio de histórias. Eu não passei por isso não, graças a Deus. Porque eu nasci aqui, fui criado aqui, e ainda estou por aqui. Mas com essas famílias que vinham de fora, o teste era a mão.

Sem a necessidade de detalhar, aqui, uma experiência complexa e cheia de nuances como é o caso do primeiro relato, o segundo trabalhador reproduz o modelo prescritivo de entrada na usina ou na cidade, modelo que tem a força de um mito de origem de todo o grupo operário, mesmo para aqueles cuja história de vida poderia vir a desmentir a verdade desse ritual coercitivo. Ele se fixa nas maneiras de falar que são próprias da pessoa do patrão, como sendo um de seus caprichos, bem como no caráter arbitrário do exame das mãos e dos olhos, ressaltando a sanção do retorno forçado e as virtualidades humilhantes do rito. O primeiro trabalhador reconstitui a cena com a riqueza dos detalhes vividos: a fila, a espera das famílias, a varanda, o exame das mãos e também as perguntas feitas, introduzindo os detalhes que matizam a "pureza" da relação patrão-famílias operárias, como o papel desempenhado pelos mediadores, tais como os agentes recrutadores e os funcionários e chefes de seção, podendo aconselhar ou converter em rotina burocrática as ordens carismáticas do patrão. Ele toca também no ponto sensível da existência de uma milícia da empresa e as repercussões secundárias que as querelas políticas com os representantes dos poderes públicos – com as quais a companhia é envolvida – podem ter no desdobramento habitual dos diálogos e interações do ritual⁵. Entretanto, vindas de outros lugares ou originárias do local, as famílias produziram trabalhadores que, tornados informantes da pesquisa etnográfica, perceberam, de maneira unânime, essa cena como um ritual fundador do grupo operário. Os símbolos tomados de empréstimo à tradição da grande propriedade rural servem para alguma coisa?

É interessante destacar, a princípio, o fato de que existe uma casa patronal perto da usina e que o patrão é considerado não apenas residente (ao menos

uma parte efetiva de seu tempo), mas onipresente nos pensamentos de seus subordinados⁶. Essa residência patronal completa a paisagem da cidade operária, elemento de um estilo de industrialização muito presente em todo o setor têxtil do Brasil, no período. De fato, essa usina exagera essa tendência, em função da grande dimensão de sua cidade (aproximadamente 6.000 casas) e pelo fato de possuir uma grande quantidade de terras contíguas à cidade: a casa patronal aí figura “naturalmente” como o centro do poder. Conforme já destacamos, a casa patronal é designada pelo termo casa-grande, denominação habitual das casas senhoriais das grandes propriedades rurais, e a cena se passa ao redor da varanda da casa-grande.

Por que a varanda da casa-grande? Por um lado, porque se trata de um lugar historicamente privilegiado de exibição do poder do senhor de engenho ou do fazendeiro; em suma, do senhor da grande exploração rural, em relação a seus trabalhadores, sejam eles escravos ou moradores. Essa exibição faz-se apenas ocasionalmente: no momento de uma primeira entrevista com um novo morador; no momento de uma demanda de um morador antigo; ou, durante o período da escravidão, no momento de uma cerimônia de castigo de escravos. Não é todo dia que o poder do mestre na casa-grande tem necessidade de se exprimir de uma maneira cerimonial. Além disso, a descrição “clássica” desse poder em *Mestres e Escravos* de Gilberto Freyre – cujo “efeito de teoria” (cf. BOURDIEU, 1982: 100) representou a consagração do mito de origem do paternalismo baseado no modelo das relações sociais da grande plantação açucareira, constitutivo da sociedade brasileira⁷, – tem quase que exclusivamente a esfera doméstica como cenário, em que se entrelaçam as relações entre os membros das famílias patriarcais, entre senhores e subordinados, e, particularmente, entre senhores e escravos domésticos. É uma vã empreitada procurar uma cena solene de poder acontecendo na varanda nas páginas de *Mestres e Escravos* (as interações acontecem, preferencialmente, no interior das casas e menos no seu limiar com o exterior). Ela pode existir, entretanto, no mesmo contexto histórico: nós a encontraremos no livro prefaciado por Gilberto Freyre, *Memórias de um Senhor de Engenho*, de Júlio Bello. Nesse livro de memórias, cuja primeira edição data de 1935, Bello

conta uma anedota que serve para ilustrar, como caso extremo, a *bondade* da maior parte dos senhores que ele pessoalmente conheceu ou dos quais ouviu falar. Trata-se do caso do bisavô de um amigo, o Coronel Manuel Maranhão, apelidado o *Velho Quimbê*:

(...) ‘A tradição guardou a reputação da extrema bondade, da infinita complacência, de um velho senhor de engenho que deve figurar aqui como o melhor, o mais generoso e paternal dos Senhores’ (BELLO, 1948: 80). *Esse homem tinha um numeroso contingente de escravos considerado como ‘indisciplinado’. ‘Era tarefa impossível para os capatazes de escravos colocar ordem nos serviços e proteger os bens do patrão e de terceiros no engenho e nas vizinhanças com esse grupo de insubordinados. De tempos em tempos, o Velho Quimbê tomava a decisão de dar o exemplo, fazendo com que se punissem os culpados, mas essa resolução, assumida quando da denúncia de uma falta grave, em seguida atenuava-se pouco a pouco, até que desaparecesse no momento da execução do castigo. O Coronel convocava seu capataz de escravos na véspera e dizia, dominado pela cólera: ‘Senhor Barros, amanhã pela manhã coloque em fila todos esses negros em frente à porta da casa-grande e me traga um chicote e uma palmatória de sucupira. Amanhã os cachorros vão beber sangue de negro!’.* O capataz já sabia que a tragédia anunciada terminaria, como nas outras vezes, de maneira cômica, como uma farsa, mas ele obedecia à ordem do senhor. No alvorecer do dia seguinte, todos os escravos estavam alinhados em frente à entrada da casa-grande. O velho senhor de engenho havia mandado trazer suas duas filhas que se mantinham sentadas nas cadeiras da

varanda. Ele então passeava de um lado para o outro da varanda com semblante de patrão furioso, a voz explicitamente raivosa, acompanhada de gestos largos de braços e mãos dirigidos para aquela fila de negros sob as ordens do chefe:

– ‘Marcolino, cachaceiro, um passo adiante, negro desgraçado!’

Marcolino dá um passo adiante:

– ‘Vossa benção, velho senhor.’

– ‘Deus te abençoe, negro. O que foi que fez o Marcolino, Senhor Barros?’

– ‘Marcolino roubou uma garrafa grande de cachaça da destilação. Tem oito dias que ele está bêbado e não trabalha. Ontem eu encontrei a garrafa vazia e ele me confessou o roubo.’

E o Coronel, aparentemente furioso:

– ‘Senhor Barros: pegue a palmatória e para começar me quebre as mãos desse homem sem vergonha com cinco dúzias de pancadas.’

O senhor, que continuava a andar apressadamente de um lado ao outro da varanda, passou perto de uma de suas filhas, que assistia sentada à cena, e tocou na sua perna, dizendo em voz baixa:

– ‘Peça por ele, Maroquinhas, peça por ele, filha.’

E a filha [em voz alta]:

– ‘Ah não, papai; dessa vez, perdoe Marcolino. Ele é tão bom para nós! Perdoe, papai.’

– ‘Pare, Sr. Barros, pare! Ah, negro! Foi a Maroquinhas, minha filha, que te salvou, beberão. Mas se você beber de novo, se roubar outra vez, eu te vendo para o café, negro desgraçado’. (‘Vender para o café’ era vender o escravo para trabalhar nas plantações de café em plena atividade em São Paulo ou Rio, terror dos escravos no Norte; nota de Bello).

O mesmo procedimento se repete com outro escravo denunciado por roubo de comida: violência verbal, perdão, punição anunciada de chicote, pedido às escondidas a uma filha, pedido de anistia pela outra filha, conversão da violência da punição corporal em violência verbal. Bello conclui:

E a indisciplina campeava na fazenda. Mas os trabalhos se faziam na fazenda porque o negro, naturalmente afetuoso, apesar de todos seus vícios, adorava o bom senhor, produzia sempre alguma coisa e, apesar de tudo, com muito mais perfeição que o inqualificável trabalho livre de agora, desordenado, incerto, imperfeito; [trabalho que era] fonte de problemas difíceis a resolver, seja para o bem dos patrões, ou dos trabalhadores, sem a ambição justa de uma paga melhor em troca de um trabalho melhor, ausência de ambições produzidas por causas complexas, cuja principal é constituída pelo estado latente de doença da grande massa de trabalhadores rurais (BELLO, 1948: 80-82).

A importância da varanda como lugar de demonstração do poder patronal aparece também em relação aos moradores, trabalhadores rurais, residentes na propriedade de que se queixa Bello. O romancista José Lins do Rêgo, autor da série de romances regionalistas denominados “do ciclo da cana de açúcar”, cheio de materiais autobiográficos, descreve no seu primeiro romance, *Menino de Engenho*, uma cena da relação de seu avô, senhor de engenho, com seus subordinados. Diferentemente do episódio da paródia de punição dos escravos, as descrições do romancista são da ordem das interações cotidianas e não têm um caráter solene (salvo a deferência, onipresente nessas interações).

Depois do jantar meu avô permanecia sentado numa cadeira perto do grande banco de madeira da varanda. O gado não tinha ainda entrado no campo. Ele

lia as notas do Diário de Pernambuco, ou então dava suas audiências públicas aos moradores. Essa gente vinha fazer os pedidos e se queixar de intrigas. Eles chegavam sempre de chapéu na mão, precedidos de um 'Deus proteja Vossa Senhoria'. Ele queria terras para botar roçado, terrenos para construir casas, medicamentos para as crianças, uma carta de recomendação para hospitalizar alguém. Alguns deles vinham se queixar dos vizinhos (LINS DO RÊGO, 1960: 44).

A varanda como lugar de mediação entre a esfera doméstica do senhor de engenho, investida do símbolo do poder local – a casa-grande – e o “mundo” de sua propriedade não pode, entretanto, revelar-se sem que a análise das relações entre escravos domésticos e seus semelhantes “livres” se estenda igualmente às relações com os “escravos de trabalho” ou com os moradores espalhados nas terras da propriedade. Apesar da dificuldade em encontrar descrições materiais de cenas de manifestação de poder tendo a varanda como cenário, seu alcance metafórico bem pode servir para destacar a importância específica desse lugar social. É o que aparece em uma frase extraída do meio do artigo “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”, da antropóloga Mariza Corrêa, fazendo a crítica dos trabalhos de Gilberto Freyre e Antonio Cândido:

A 'família patriarcal' pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira (CORRÊA, 1982: 25; grifo nosso, JSLL-RA).

A Varanda é, assim, o lugar social onde o senhor de engenho recebe as demandas e oferece os serviços, distribui as reprimendas, concede as graças, consolida e simboliza a dívida do outro, muitas vezes com a ajuda de sua mulher (a senhora de engenho), ou de seus filhos, filhas ou outros familiares⁸.

É a força dessa relação de poder cujo simbolismo – inculcado e posteriormente reconhecido pela massa desses trabalhadores provenientes de diversas regiões rurais – a administração da usina têxtil quer aplicar a esse novo mundo da cidade operária. Pode-se, além disso, perceber melhor a eficácia simbólica dessa teatralização da dominação reportando-se ao fato de que a grande fábrica têxtil em questão apela para a linguagem do engenho tradicional, cuja nostalgia era ainda mais forte, uma vez que a usina da cana-de-açúcar acabara de provocar um forte processo de desencantamento nas próprias regiões açucareiras⁹.

A CHEGADA DAS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES: O RITUAL DE ENTRADA NO MUNDO DA USINA E DA CIDADE OPERÁRIA

Diferentemente do recrutamento habitual de mão-de-obra dos engenhos tradicionais – onde o senhor recebe, um a um, os novos moradores, na varanda da casa-grande, de maneira dispersa, na medida em que chegam ali, por sua própria iniciativa – a Companhia Têxtil de Paulista se caracteriza, entre os anos 1930 e 1950, pelo recrutamento direto de uma parte importante de sua força de trabalho. Ela se diferencia, assim, não apenas dos engenhos nos quais se inspira para a invenção de suas técnicas de dominação, mas, também, das outras fábricas têxteis e industriais em geral.

Provavelmente, informada sobre os recursos em mão-de-obra de origem camponesa, pelos agentes comerciais da cadeia de lojas de tecidos que a companhia constituiu nas cidades do interior dos estados do Nordeste, a administração da usina envia para essas regiões agentes recrutadores, com instrução para seduzir e alistar numerosas famílias, das quais numerosos membros são trabalhadores em potencial. Havia uma preocupação quantitativa para criar um afluxo massivo para a usina, visto que os agentes recrutadores eram pagos “por cabeça” de trabalhador trazido.

O caráter aleatório desse recrutamento, na medida em que podia trazer membros familiares inúteis para o trabalho, era caracterizado pelo fato de que as famílias mais propícias a aceitar a oferta dos agentes eram aquelas que apresentavam as características mais

desejadas pela usina têxtil. De fato, as famílias camponesas em que a reprodução estava mais ameaçada eram, geralmente, aquelas nas quais um desequilíbrio entre os sexos acentuava o número de garotas em detrimento dos garotos – os mais necessários para poder ajudar o pai envelhecendo no trabalho do campo – bloqueando, assim, as possibilidades de sobrevivência, tal como eram socialmente percebidas em sua região de origem. Operava-se, aí, uma convergência entre, por um lado, uma oferta de trabalho destinada às mulheres segundo a tradição internacional de ateliês de fiação e tecelagem da indústria têxtil, desde o século XIX, e, por outro lado, uma demanda potencial da parte das famílias camponesas com um número muito elevado de garotas.

Assim, concretizava-se uma possibilidade de emigração simultânea de todo o grupo familiar, descartando, então, os riscos de uma dissolução da unidade familiar. Essa tendência respondia à necessidade da usina de munir-se de mão-de-obra feminina, localmente rara, fazendo-o numa forma de recrutamento familiar tal que jovens rapazes, necessários em vários postos e ocupações na usina, também viessem. Além disso, a forma familiar é a única que permite “arrancar” as garotas de seu papel na família camponesa para colocá-las no trabalho industrial. O ritual de apresentação do patrão faz então o remate de um processo, desencadeado nos locais rurais de origem, o qual é preciso ter em conta para circunscrever as significações dessa cerimônia para os próprios trabalhadores.

Esse processo empregatício organizado pela companhia poderia ser considerado, em suas homologias com a análise do “processo de admissão” nas “instituições totais”¹⁰, primeiramente como um procedimento de “espoliação” (cf. Goffman, 1968: 56-61) anterior à “cerimônia institucional” de apresentação ao patrão, parte central de todo o ritual, e finalmente o ato de “re-vestir”¹¹ que implica um “endividamento” em relação à administração da usina.

Entretanto, diferentemente da “espoliação” descrita na literatura sobre as “instituições totais”, criada por essas últimas, pelos efeitos de domesticação dos novos reclusos, o processo empregatício organizado pela via dos agentes recrutadores se endereça às famílias ou às frações de grupos sociais que sucumbem a

um processo de “espoliação” objetivo antes do contato com a companhia. Essa “espoliação” anterior significa a perda das condições de produção e da existência de frações de grupos sociais, que os coloca na classificação genérica da “superpopulação relativa”, própria a esses grupos sociais, seja de um campesinato mais ou menos livre nas zonas semi-áridas de Pernambuco ou da Paraíba, seja de categorias sociais submetidas à plantação da cana-de-açúcar. A diversidade de origens e pertencimentos a formas de dominação anteriores pode ser constatada em diversas histórias de vida (bem como as indicações fornecidas pela rubrica “local de nascimento” de uma amostra de fichas de pessoal que examinamos). Uma tal dispersão geográfica e social dá testemunho da dificuldade em obter uma mão-de-obra industrial: essas expedições de pesquisa e de captação de trabalhadores potenciais, pertencendo a superpopulações relativas em vias de expulsão por pequenas crises locais, não teriam razão de ser depois dos anos 1950, uma vez que movimentos de expropriação muito mais amplos atingem grupos sociais inteiros, como é o caso daqueles ligados à cana-de-açúcar (em particular os moradores).

Se essa “espoliação” – no sentido da separação dos grupos de trabalhadores recrutados de seus bens, de sua concepção de tempo, de suas condições habituais de trabalho e de vida – é um processo que precede a ação da companhia, a contratação organizada tem inicialmente por efeito aumentar tal processo.

A companhia enviava seus agentes para o interior para saber onde estavam as famílias pobres com necessidade de ganhar dinheiro e que eram famílias com muita gente. Os agentes reuniam as famílias em alojamentos precários em pequenas cidades da região quando elas decidiam vir, alimentavam elas, e depois amontoavam elas em um velho ônibus que a gente chamava ‘a sopa’ (risos), que trazia o povo aqui.

Se vários relatos, como este de um antigo trabalhador recrutado pelos agentes, ironizam o transporte chamando-o de *a sopa*, a razão disso encontra-se, talvez, associada ao fato de que esse ônibus fora

de moda (aberto dos dois lados com um *tramway* tropical, lembrando um prato de sopa)¹² ilustra, retrospectivamente, as condições de precariedade nas quais chegaram as famílias recrutadas diretamente pela companhia. À situação anterior de carência e precariedade, somavam-se tanto as circunstâncias da partida como a urgência e o incômodo de uma mudança coletiva. Nos casos em que a partida de potenciais trabalhadores saía dos engenhos ou das usinas de cana-de-açúcar ou ainda de outro tipo de *latifúndia* (lugar de imobilização da força de trabalho que exerce um grande controle sobre as entradas e saídas do domínio territorial), a separação desses trabalhadores de suas condições de existências anteriores (provocadas pela contratação organizada pela C.T.P.) é ainda mais dramática:

Meu pai se informou bem sobre o fato de que na Paulista havia trabalho para toda a nossa família: para ele, seis meninas e um rapaz. Ele tinha feito contato com um agente da companhia para fazer a viagem. Ele fez tudo isso escondido. Ele era purgador (trabalhador qualificado da antiga manufatura do açúcar, que trabalha no processo de purificação do açúcar) de um engenho da usina Pedrosa. Como tinha três operários da usina (de açúcar) que já tinham ido para a Paulista, o usineiro (proprietário da usina açucareira e também dos engenhos da usina) tinha proibido que qualquer um de seus trabalhadores fosse também. Os vigias estavam em estado de alerta para vigiar os que viajavam. Para sair da usina Pedrosa, era um sacrifício para nós, escondidos, à noite. Se eles tivessem percebido que a gente tinha saído, eles teriam colocado os vigias atrás da gente. A gente tinha medo; a gente tinha deixado nossas coisas lá. A gente veio com as roupas do corpo, mais nada, a pé, da usina até a cidade de Ribeirão; nós e uma outra família, para encontrar o ônibus dos agentes que ia partir para Paulista.

Essa descrição de uma antiga fiandeira, destacando a privação¹³ material na qual a família veio para a cidade operária, diz respeito às particularidades de sua fuga de uma usina de cana-de-açúcar, o que faz dela um caso extremo, dentre os casos possíveis de saída do lugar de origem. Entretanto, essa precariedade material na chegada parece ser a situação comum ao conjunto das famílias recrutadas. Um caso-limite oposto, o da trajetória da família de um antigo administrador (gerente) de uma fazenda da zona semi-árida que, tendo um conflito com seu patrão, chegou a Paulista a partir das contratações organizadas, porém, numa situação melhor, pode nos revelar *ao contrário* a situação material mais freqüente das novas famílias chegadas à cidade:

Meu pai primeiro trabalhava na agricultura da cana; ele era administrador do engenho do Doutor Diniz. Depois, o patrão o transferiu para administrar uma fazenda de gado na região de Caruaru. Depois de algum tempo, não deu mais certo. Meu pai ficou zangado e o patrão também. Foi quando meu pai ouviu falar de Paulista. A gente era cinco irmãs e dois irmãos (sua família veio a Paulista por intermédio dos agentes de ônibus, e, na chegada, foi provisoriamente alojada no depósito, como a maior parte das famílias recrutadas dessa maneira). (...) Quando nós chegamos, colocaram a gente no hospital (a grande casa que servia de depósito de trabalhadores, antes de eles serem instalados na cidade, servia, no momento da entrevista, de casa de saúde); lá era um depósito que reunia as famílias que chegavam. Quando nós chegamos lá, tinha muita gente e meu pai protestou: 'Eu não sei por que essas famílias são separadas assim! Eu não posso ficar aqui com minha família; vocês têm que me arrumar uma casa mais rápido', ele disse a uma funcionária do setor de pessoal.

No dia seguinte, nós conseguimos uma casa nova da cidade; ninguém tinha habitado nela. Com as casas, eles forneciam as camas comuns. Nossos móveis tinham ficado em Caruaru. Na semana seguinte, a companhia enviou um caminhão para buscá-los. Quando nossos móveis chegaram, nossos vizinhos ficaram admirados, porque eles estavam acostumados a ver chegar essas famílias pobres, sem móveis, que ficavam com as camas de lona fornecidas pela usina, que eram debitadas, pouco a pouco, nas suas folhas de pagamento.

O efeito de contraste produzido pela mudança da família do ex-administrador, que a companhia traz de longe, de caminhão, e instala na cidade operária sob os olhares curiosos e admirativos da vizinhança, destaca o que era a norma das famílias pobres, chegadas sem móveis; o processo de contratação organizado reforça a “espoliação” e a privação material das famílias recrutadas. A própria institucionalização, por parte da companhia, do adiantamento de camas de lona para as famílias desprovidas no momento em que elas são instaladas na cidade operária, com os custos deduzidos posteriormente dos salários, constitui um traço da cultura material dessa “espoliação” anterior à admissão no mundo da fábrica.

Bastante significativa também é a sorte dessa família do ex-administrador, submetida a um processo de proletarização, ao qual não estava *a priori* predestinada; e nos revela – pela surpresa manifestada diante das condições usuais de instalação da contratação organizada – os efeitos de ruptura com uma outra instituição desse modo de recrutamento: o depósito. Submetidas a um recrutamento de massa, as famílias contratadas são instaladas provisoriamente em um alojamento coletivo, à espera de sua destinação a um trabalho, e da atribuição de uma casa na cidade operária. A despeito de seu caráter provisório, esse alojamento coletivo mostra aos trabalhadores recém-chegados sua dependência total para com a administração da usina, desde a alimentação até a separação por sexo dos membros da família no alojamento, o

que implica, repentinamente, a colocação em questão da autoridade do chefe da família. Esse momento é, além disso, o único ponto do processo de contratação organizada em que aparece uma imposição direta, por parte da companhia, de uma separação física dos membros da família. O depósito representa, assim, um tempo de liminaridade pelo qual o processo de espoliação se completa.

Marca da ruptura com as condições anteriores de existência, a “espoliação” pode ser analisada como a primeira parte da seqüência que caracteriza os rituais de passagem, a saber, a separação. O depósito a completa, introduzindo imediatamente a parte seguinte da seqüência; aquela da marginalização, segregação e liminaridade. E, finalmente, os trabalhadores e suas famílias estão prontos para a participação nesse rito de agregação que é a apresentação ao patrão, em carne e osso, cume de todo o ritual de admissão (cf. VAN GENNEP, 1969, especialmente, páginas 13 e 14).

Mas, se retornarmos às descrições desse rito final tal como as apresentamos no começo deste artigo, podemos observar que a cena da varanda serve não apenas para estabelecer uma seleção entre os chefes de família “aprovados” e aqueles que são mandados de volta, mas, sobretudo, para “consagrar” a separação entre o conjunto de trabalhadores passados pela contratação e o conjunto dissimulado em relação ao qual deve se definir o grupo “instituído”, ou seja, os trabalhadores que não foram selecionados dessa maneira, já instalados na cidade operária. Mais do que uma etapa de um rito de passagem, a cena da casa grande seria o momento impactante de um “rito de instituição” (cf. BOURDIEU, 1982: 59-63), conceito que enfatiza as relações de poder e dominação implícitas no ritual e no seu desenrolar. A eficácia simbólica do “rito de instituição” diz respeito ao fato de que ele agrega ao mundo da usina um novo grupo de trabalhadores, colocados sob tutela desde sua região de origem, realizando o teatro da anunciação de uma forte adesão desse grupo ao novo mundo da usina; adesão estimulada pelo contraste entre o período de “espoliação” e a garantia posterior de condições materiais de existência pela usina e sua cidade operária. Mas, ao mesmo tempo, esse ritual institui e consagra a diferença entre os trabalhadores que passaram pela contratação organizada e aqueles que não o fizeram.

Os primeiros se encontram na condição de novatos, submetidos a uma iniciação mais intensa às regras da usina e da cidade. Inversamente, os segundos, que não fazem parte desse grupo de trabalhadores potencialmente “exemplares”, são levados a adotar um comportamento renovado de obediência, submissão e adesão.

Essa divisão entre trabalhadores persiste depois da instalação dos novatos nas casas da cidade: ela se faz sentir por um efeito de distinção e de segregação da parte dos antigos, de tal maneira que lembra os ritos de “trote” e as cerimônias de “boas vindas” nas instituições totais (cf. GOFFMAN, 1968: 61).

Quando os agentes recrutavam o povo no interior, eles enganavam as pessoas. Eles diziam que a empresa ia oferecer tanta coisa; eles juravam que ia ter na Paulista fontes de leite e montanhas de cusuz. Quando o pessoal chegava, a decepção era grande. Alguns iam embora de madrugada, quebrando as camas fornecidas pela companhia. Os outros ficavam, mas eles sofriam com a zombaria dos vizinhos. Quando o leiteiro passava, os vizinhos mais antigos faziam esse gracejo; eles diziam aos novos que a companhia pagava o leite, que eles podiam aproveitar. Quando o leiteiro vinha pegar a conta, eles ficavam surpresos: – ‘Mas a companhia dá o leite para a gente!’ E o leiteiro: ‘Ah, não, tem que pagar!’ Eles riam muito! Muita gente acreditava nos agentes. Mas meu pai não, que ele não era ignorante (ex-tecelã, filha do administrador proletarizado).

Além da trapaça e do “trote” dos novatos pelos antigos, essa narrativa menciona os casos de revolta contra a duração das condições iniciais de vida na chegada. Não é obra do acaso que, nessa descrição, a revolta incida sobre as camas de lona fornecidas pela companhia, o substitutivo material degradado das montanhas de cusuz e das fontes de leite. De fato, a probabilidade de fuga, que não é rara (como indica

a alta taxa de renovação constatada numa amostra de fichas de pessoal do período, que examinamos), é maior naqueles que, não tendo rompido completamente com suas condições de existência anteriores, podem, de alguma maneira, reconstituí-las (por exemplo, a manutenção de relações de parentesco na região de origem, possibilitando acesso à terra; o fim dos períodos de seca na região semi-árida de origem dos trabalhadores que eram pequenos proprietários agrícolas, etc).

Esse fato mostra também que o processo de contratação organizado não é totalmente impermeável às estratégias dos trabalhadores contratáveis. Assim, desde a contratação nas regiões de origem, as famílias enganavam quanto às instruções de recrutamento prestadas aos agentes: para poderem constituir famílias numerosas, jovens eram ficticiamente adotados pelas famílias para as quais a oferta de trabalho na Paulista era uma alternativa de sobrevivência. A mudança de nome, bem como a alteração da idade de crianças e jovens (para permitir aos irmãos mais jovens chegar aos 14 anos, a idade mínima para trabalhar e assim aumentar os rendimentos da família), não era um procedimento raro para os recém-chegados. O registro dessas modificações de estado civil podia se materializar junto ao tabelião de Paulista – o que indica também o interesse da companhia –, uma vez que a maior parte das pessoas contratadas não tinha carteiras de identidade individuais.

Se algumas famílias partiam, decepcionadas pelas promessas não realizadas na chegada à cidade, a maior parte permanecia. Para estas, depois da cena de apresentação ao patrão, começava um processo de “nova roupagem”, de endividamento monetário para com a companhia, que indica igualmente um endividamento simbólico. Depois de ter agravado um processo anterior de “espoliação” dos trabalhadores contratados, a CTP os “re-veste”, antecipando o pouco necessário para a existência cotidiana: as camas de lona, os tecidos para a roupa, móveis simples, medicamentos (especialmente purgantes para a verminose). Esse endividamento originário fica mais nítido no momento da cerimônia da casa grande, quando o patrão em pessoa coloca em cena a dominação, abrindo-lhes o acesso ao trabalho assalariado na usina e na casa de “pedra e cal” da cidade operária. Ao fazê-

lo, ele abria novas perspectivas para a manutenção da coesão da família, para a construção de uma família operária. “Ir ao Coronel” era também uma fórmula elíptica corrente, entre os trabalhadores, para designar sua passagem pelo rito que lhes tinha habilitado a viver na cidade trabalhadora, ou mais ainda, a ver aí o mito de origem do grupo operário. Entretanto, a presença pessoal do patrão se manifesta em outras ocasiões na vida da cidade operária.

A PROPÓSITO DAS OUTRAS FORMAS DE PERSONALIZAÇÃO E DA DOMINAÇÃO NA CIDADE OPERÁRIA

Uma das características mais marcantes da gestão da força de trabalho na C. T. P. é a concessão de pequenos quinhões de terra aos operários, em particular aos pais de família recém-chegados, de origem camponesa. Desde o momento da cerimônia da casa-grande – em que a nomeação para um posto de trabalho pode entrar em detalhes, com o patrão distinguindo um rapaz musculoso tal, para as caldeiras; uma bela garota tal, para a tecelagem, sessão considerada melhor do que a fiação –, o Coronel pode conceder um canteiro operário ao velho pai de família camponês que tenha vários filhos em idade de trabalhar, ou em virtude de uma outra razão que diferencie essa família da média das outras famílias recrutadas. Essas concessões inaugurais solenes são comentadas e repetidas pelos operários, que associam a pessoa e a vontade do patrão aos atos administrativos correntes, gerados pelos chefes intermediários, que distribuem e delimitam os quinhões nos arredores da cidade.

Mas, é a intervenção teatral do patrão, sobre o mercado dos bens alimentícios de Paulista, que realiza um efeito de legitimidade suplementar sobre os operários, ao fazer a ligação entre a concessão de quinhões de terra¹⁴ e o baixo preço no consumo, por parte das famílias operárias.

(...) *Quando eles* [os agricultores-vendedores] *vinham vender no meio do mercado, ele chegava aqui e lhes pedia:*

- *Quanto é?*

- *Custa tanto.*

- *Venda por preço tal, tá certo?* [a um

preço mais baixo]

Ele dizia que era preciso vender a tal preço. Ora, os vendedores [camponeses-comerciantes] só tinham mesmo a tarefa de plantar, não é? Quanto ao transporte e tudo o mais, era o patrão que fazia chegar até lá. Ele transportava até mesmo o camponês. O outro vendia barato. Ele dizia que para seus operários o outro deveria vender a um preço baixo (antiga operária da tecelagem).

O sujeito oculto, “ele”, que transparece neste trecho da entrevista, indica a que ponto foi eficaz e interiorizada a cena teatral da dominação. Essa cena foi ainda mais marcante para os trabalhadores, na medida em que ela simbolizava uma prática efetiva da administração da cidade operária, em decorrência da organização de seu mercado interno e do controle dos preços, realizando, assim, um equivalente da “economia moral” (cf. E. P. THOMPSON, 1991, cap. 4 e 5) tradicional, assegurando a abundância de provisões alimentares e subordinando os preços da venda à garantia de um patamar mínimo de consumo para o trabalhador. Conjugando controle de preços no mercado e a atribuição de quinhões de terra implicava, para essa empresa industrial, reconstituir numa forma nova a abundância que reinava no engenho ou na fazenda tradicional, tal como idealizada uma vez que perdida.

Essa “economia moral” legitimava um modo de dominação centralizado, que não se limitava a instaurar a disciplina e a exploração no interior da usina, mas se exercia igualmente por fora, sobre os circuitos de distribuição, com o intuito de favorecer o consumo dos operários, permitindo, assim, pagar salários inferiores àqueles pagos nas usinas do setor têxtil de Recife. Ao conceder as terras para a pequena plantação, a companhia não somente tornava possível uma prática tradicional de auto-subsistência que fazia parte do modo de vida de toda uma gama de produtores diretos; mais ainda, tirando um ganho diretamente econômico dessa concessão que legitimava a dominação, a empresa abaixava o custo do conjunto de sua força de trabalho, graças ao abundante abastecimento de seu mercado de Paulista e

aos preços baixos dos produtos alimentares. Dessa maneira, ela desenvolvia essas “forças marginais” (TEPICHT, 1973), presentes na família operária, e reconstituía, ao mesmo tempo, em grande escala, um modo de distribuição que estabelecia a relação entre a abundância dos “engenhos” e aquela que permitia seus próprios circuitos do pequeno comércio direto, de bairro; e, administrando esse enorme mercado da cidade, oferecia a si mesma o luxo de eliminar a forma tradicional, então ilegítima, do barracão (economato ou comércio da empresa, freqüente nos engenhos e nas usinas da cana-de-açúcar).¹⁵

As visitas patronais ao mercado (geralmente no sábado) eram também a ocasião para audiências públicas informais; os trabalhadores sabiam que eles poderiam, de vez em quando, fazer pessoalmente seus pedidos. Por exemplo, a mãe de um jovem operário despedido depois de um pequeno conflito com o chefe de sua sessão, lhe pedia que perdoasse seu filho, permitindo-lhe ser readmitido. Nessa versão – narrada em entrevista pelo então jovem trabalhador, agora aposentado –, o Coronel aproveita para demarcar seu poder em reação aos chefes intermediários e demonstrar sua prerrogativa suprema sobre a situação de todos os trabalhadores, mesmo que essa forma de dominação pessoal se faça paradoxalmente pela via industrial da amostragem; o exemplo singular se propaga entre os operários. Essas demandas diretas obedecem a regras informais, como aquela que confere uma legitimidade à solicitação feita por uma mãe de família.

Esse estilo de exercer a dominação encontra-se em vários aspectos da vida social cotidiana: a companhia encarna-se na pessoa do patrão. A promoção de atividades folclóricas, de festas e danças tradicionais, bem como do futebol local¹⁶, gera outras ocasiões para manifestar a presença patronal.

Assim, do ponto de vista da vida política local, a presença patronal é alimentada, seja nas disputas e querelas com os poderes públicos do estado de Pernambuco, seja nos enfrentamentos com o sindicato local dos trabalhadores¹⁷, seja, ainda, na resistência patronal em relação à aplicação das leis sociais do governo federal.¹⁸

A PERSONALIZAÇÃO DA REVOLTA

O conjunto desse sistema específico de dominação industrial – com a contratação organizada, a nomeação para o trabalho de todos os membros disponíveis da família, a economia simbólica dos canteiros operários e a “economia moral” dos pequenos trabalhadores das grandes propriedades (rural e industrial) – começa a enfraquecer, a partir do início dos anos 1950, uma vez que a concorrência em escala nacional da indústria têxtil faz do modo de gestão “autárquica” da CTP um instrumento pesado e oneroso, do ponto de vista econômico, além de politicamente perigoso com o estabelecimento de direitos sociais e o crescimento dos movimentos por sua aplicação.

A morte do Coronel Frederico, em 1946, poupou-lhe de assistir à emergência dessas circunstâncias objetivas desfavoráveis à sua empresa e ao modo de dominação que ele contribuiu para “inventar”, a partir das crenças e práticas dos trabalhadores (a cena da varanda continuaria ainda por algum tempo sem ele, com um chefe de seção ocupando seu lugar, como já era de hábito, quando ele se ausentava de Paulista). Essa morte trouxe, igualmente, mudanças na gestão que contribuem para o desenvolvimento de um processo de desencantamento entre os operários. E a transformação do modo de dominação traz com ela uma seqüência de modificações: o fim, em 1950, da contratação organizada; uma menor liberalidade na concessão de quinhões e canteiros operários (por medo da reivindicação jurídica de posse da terra com a aparição do movimento de ligas camponesas, por volta de 1955¹⁹); o fim do mercado com preços administrados, em conseqüência do poder reforçado do prefeito e dos conselheiros municipais, em relação ao poder local da companhia, depois da democratização do pós-guerra e as eleições de 1947; o fim do “trabalho para todos”, o “para toda a família”, com a diminuição do tempo de aprendizagem e os licenciamentos, que implicam a adoção de um modo de gestão guiado pela atenção pautada na produtividade da usina, em oposição aos investimentos na cidade operária.

A história da usina, entre 1952 e 1963, é a história de um confronto contínuo de sua direção com o sindicato ou com os movimentos de greve pela aplicação das leis do trabalho exigidas periodicamente (em 1952, 54, 56, 57, 58 e 1963), seja, ainda, pelas queixas

individuais ou de grupos de trabalhadores na justiça do trabalho (que se estabeleceu localmente, como primeira instância, em 1949).

As greves foram desencadeadas pela não-aplicação correta, por parte da CTP, dos aumentos no salário mínimo (calculados segundo a lei do salário mínimo, considerando o salário da época) sobre os salários por peça ou por produção, como é de hábito em vários ateliês da indústria têxtil. Ademais, as greves exprimem um descontentamento mais geral (e menos monetário), em face da degradação das condições de vida na usina e na cidade operária. Em relação a isso, a greve de 1963 constitui o momento mais representativo desses movimentos.

A greve de 1963 fez parar tudo. Mesmo a energia elétrica do Comendador [título honorífico outorgado pelo governo federal, pelo qual Arthur Lundgren, irmão do Coronel Frederico, era chamado] foi cortada. Mesmo as caldeiras pararam. (...) Ao redor da usina tinha piquetes de greve, nada nem ninguém entrava na usina. O Comendador tinha por hábito tomar banho na sede da usina (tinha um banheiro cuja localização era favorecida pela existência da produção de vapor dentro da usina). Os piquetes de greve não o deixaram passar, ele não entrou na usina. Ele partiu furioso. Depois disso, ele abandonou a casa-grande, ele não retornou, nem para visitar, até a sua morte (em 1967). Só ia na Paulista. Nessa greve a gente ganhou muita coisa, mas não tivemos nem tempo de aproveitar. Porque em 64 teve a revolução... [referência ao golpe de estado militar que deu origem ao período ditatorial auto-proclamando 'revolução']" (antigo trabalhador da pré-fiação).

Não é um acaso que os trabalhadores narrem esse episódio²⁰ de maneira recorrente: o ápice desse processo de desencantamento do antigo "sistema

Paulista", bem como o fim do velho movimento operário local, pré-1964, são associados a esse atentado ao ponto de honra patronal. Impedi-lo de permanecer na casa-grande privada de energia elétrica, e de ter acesso a essa extensão de sua casa que era usina, era o atentado em pessoa. Essa revolta termina, assim, por utilizar a mesma linguagem personalizada daquela que a administração da usina havia inaugurado no momento do recrutamento em massa, de trabalhadores, depois dos anos 1930.

O irmão do Coronel Frederico, o Comendador Arthur, esse patrão ausente que depois da morte de seu irmão deixou a usina nas mãos de gerentes produtivistas e de outros membros da família, e que encarna essa longa decadência de um sistema de dominação paternalista, recebe, assim, o peso dessa revolta centralizada – sob o modo da mesma linguagem da antiga legitimidade idealizada – na pessoa do patrão.

Portanto, não é ocasional que a cena da apresentação patronal na varanda da casa-grande seja retrospectivamente escolhida, pelos antigos operários, nas entrevistas entre os anos 70 e 80²¹. Eles demarcam assim sua entrada no mundo industrial e a formação do seu grupo operário. Mesmo se a descrição da cerimônia contivesse aspectos vividos ou elaborados *a posteriori* como sendo da ordem da humilhação, o ritual da varanda demonstrava, através do símbolo "das mãos e dos olhos", o valor, anexado pelo patronato da época (e teatralizado pelo "coronel Frederico"), da integração dos operários à indústria, ao pleno emprego, aos homens entre si através do trabalho.

A ação dos operários para impedir a entrada do patrão na usina, durante a greve de 1963, aparece, assim, como uma inversão do ritual da varanda. Antes, o patrão permitia a entrada das famílias operárias no mundo da usina, sua grande casa, por intermédio de um ritual que tinha lugar em frente a uma parte de sua casa; nessa greve são os operários que agem simbolicamente em relação ao antigo ritual: eles negam ao patrão o direito de entrar na "sua" usina e de utilizá-la a título privado. Trata-se de uma resposta deslocada no tempo que só se tornou possível pelas conseqüências duráveis da mudança de regras de uma relação de dominação, construída a partir de um modelo paternalista e, enquanto tal, fortemente personalizado. Esse episódio representa o ato final de

uma teatralização (resposta na mesma língua reinterpretada do antigo modo de dominação idealizada), pela qual a violência dos dominados se exprime em um momento breve, simbolizando a indignação moral contra a violência durável provocada pela instauração de uma nova ordem ilegítima, que suprimiu o valor reconhecido do sistema “das mãos e dos olhos”.

Artigo traduzido (do francês) por: REGINALDO DIAS, CHERLANYO BARROS e ALEXANDRE CÂMARA VALE.

NOTAS

- 1 Os períodos de trabalho de campo culminaram com a redação de dois estudos monográficos acerca do mesmo grupo de trabalhadores: um sobre a história e a etnografia da família, e outro sobre a formação de um modo de dominação social específico de uma cidade operária do setor têxtil. (Cf. Rosilene Alvim, *Constituição da família e trabalho industrial*, Museu Nacional, 1985; J. Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, São Paulo / Brasília: Editora Marco Zero / Editora da Universidade de Brasília, 1988. Ver também R. Alvim & J. S. L. Lopes, “Familles ouvrières, familles d’ouvrières”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 84, sept. 1990: 78-84; Ver, ainda, a crônica bibliográfica de Robert Cabannes “La chaîne et la trame”, *Cahiers d’études africaines*, 125, XXXII-1, 1992: 161-167, que fez a apresentação desses trabalhos para o público francês).
- 2 Trata-se do período de apogeu da indústria têxtil no Brasil: a usina em questão tornava-se, então, a maior do país; na época, essa companhia, cuja sede e a maior parte das atividades encontravam-se no Nordeste, simbolizava também o aumento de companhias das regiões “periféricas”; ou seja, companhias outras que não as do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde o setor é importante desde o começo do século XX. A fábrica estudada pertence à Companhia Têxtil de Paulista (C. T. P.), usina fundada em 1892 e localizada nas terras de um antigo engenho, quando era apenas uma pequena e antiga usina de açúcar no meio do canavial, a 20 quilômetros da cidade de Recife. A Companhia adotou, então, o nome da localidade, “Engenho do Paulista”, que havia ganhado da coroa portuguesa um “bandeirante”, caçador de escravos da província de São Paulo (daí o nome “paulista”), que tinha participado com sucesso da repressão contra o “Quilombo dos Palmares”, a região libertada pelos escravos que fugiram das plantações, entre os séculos XVII e XVIII. Em 1907, essa companhia foi comprada pela família Lundgren, de origem sueca, estabelecida no comércio de Recife. A fábrica têxtil desenvolveu-se bastante entre os anos de 1920 e 1940 (sob a direção dos irmãos Lundgren), constituindo-se em um sistema interno de produção autárquico e concentrando em mãos únicas a produção e a comercialização varejista de tecido, numa cadeia de lojas pelo interior do país. A usina empregava cerca de 15 mil trabalhadores, nos anos 1940, e construiu uma vila operária com mais de 6 mil casas, transformada administrativamente em cidade, nos anos 1930.
- 3 A tematização do estudo das relações sociais é desenvolvida por diferentes autores e correntes das ciências sociais, em particular pelos autores atentos à ritualização dessas relações e suas implicações na vida cotidiana e nas relações de poder; cf., por exemplo, E. Goffman, 1973 ou C. Geertz, 1991. Este artigo inspirou-se particularmente nas análises de E. P. Thompson sobre a importância da teatralização das relações sociais de dominação, a partir do contexto das relações entre *la Gentry e la plebs* inglesas do século XVIII (cf. E. P. THOMPSON, 1976 e 1979).
- 4 Esse estudo busca estabelecer simultaneamente um diálogo com a literatura sobre as formas de dominação nos grandes estabelecimentos agrícolas e agro-industriais, de onde provêm os trabalhadores recrutados pela C.T.P., e com a literatura voltada para a especificidade das relações sociais ditas “paternalistas” na grande indústria, que se reproduzem, desde o século XIX, em várias partes do mundo. (Cf., por exemplo, M. Perrot, 1979; P. Joyce, 1980; M. Pinçon, 1985; G. Noiriel, 1988 e A. Gueslin, 1992).
- 5 A querela política em questão diz respeito àquela entre os irmãos Lundgren e o governador de Pernambuco, nomeado pelo presidente Vargas no começo dos anos 1940 e, posteriormente, eleito em 1950. Esse governador se opunha ao controle político da empresa sobre a administração da cidade. Os conflitos políticos da C.T.P. tinham antecedentes desde o começo dos anos 1930, quando o controle total da cidade pela empresa notabilizou-se pela visibilidade pública de seu serviço de vigilância privada. Durante a crise política que precedeu a Revolução de outubro de 1930, a direção da C.T.P. tinha mobilizado suas numerosas vigílias, convertidas em milícias privadas, favoráveis ao governo em exercício do estado do Pernambuco, ameaçado pela insurreição da oposição. O novo governo provisório, saído das forças revolucionárias, depois de um levantamento policial sobre as armas de propriedade do corpo armado da C.T.P., proibiu a utilização política das milícias privadas das empresas. A C.T.P. continuou a possuir um contingente importante de homens de vigilância para a polícia interna das propriedades da companhia até os anos 1960.
- 6 Deve-se notar também que o patrão é distinguido pelo título honorífico de “coronel”; título outorgado pelo governo central, no século XIX e começo do século XX, aos grandes proprietários patrimoniais como delegação do poder público

- local. Essa nomeação tornou-se de uso corrente para designar os senhores de engenhos ou outros senhores locais.
- 7 O que inclui “o mito da harmonia das três raças” (a saber, os descendentes dos povos indígenas, dos escravos negros e dos brancos portugueses; mito analisado por DaMatta, 1981). Além disso, é interessante assinalar que o título original brasileiro do livro “clássico” de G. Freyre, *Mestres e Escravos*, é *Casa Grande e Senzala*.
 - 8 Moacir Palmeira, a partir de suas pesquisas de campo, destaca o caráter constitutivo da dívida na relação entre o senhor de engenho e seus moradores, a relação de *morada*: “Se para o nosso senso comum urbano, *morar* significa simplesmente ‘habitar’, para os trabalhadores da cana, as coisas se passam de uma maneira diferente. *Morar* significa ligar-se a um engenho de uma maneira muito particular. Nada é mais comum que um trabalhador corrija uma utilização *imprecisa* da parte do pesquisador quanto às palavras *morar*, *morada*, *morador*. *Morar* é sempre associado ao engenho, mesmo no caso em que se trata da propriedade de uma usina. (...) Além disso, o *morador* em geral não existe, mas simplesmente o *morador* de tal ou qual engenho. Ninguém se define somente como *morador* (como, por exemplo, no caso de alguém que se defina como *trabalhador rural* ou *camponês*), mas sempre como *morador* de um determinado engenho. Antes de *pedir morada* ou entre uma *morada* e outra, o trabalhador não é um *morador*. Apenas na medida em que ele estabelece um ‘contrato’ particular que o liga a um senhor de engenho particular; ou seja, somente quando ele se coloca em relação a, é que o trabalhador potencial torna-se um *morador*. (...) Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir um trabalho, o que ele procura em primeiro lugar é uma *casa*. Mas não se trata, entretanto, de qualquer casa – no sentido que nós damos a essa palavra – que ele procura, mas uma *casa de morada*, uma casa que lhe permita (...) a posse de um quinhão de terra. (...) O pedido de *morada* é um momento crucial na relação *morador-senhor de engenho*. É como se ele antecipasse a natureza de uma relação em que o *morador* está sempre em vias de *pedir* e o *senhor de engenho* de *dar* qualquer coisa; em outras palavras, essa relação se tornará uma espécie de realização constante do pedido de *morada*. O *morador*, para utilizar uma fórmula dos próprios trabalhadores, que de maneira sintomática realiza a substituição de *dar* por *pedir*, está sempre em vias de ‘*pedir homenagem*’ ao senhor de engenho” (PALMEIRA, 1977: 104 e ms. s/d). Para uma análise geral das relações de poder entre senhores de engenho e moradores, cf. também Garcia Jr., 1989, cap. 1.
 - 9 Isso pode ser ilustrado pelo livro de Bello citado anteriormente, bem como pelos cinco romances de José Lins do Rêgo do assim chamado “ciclo da cana de açúcar”. A propósito do processo de concentração de capital econômico e do poder social implícito na substituição dos engenhos pelas usinas do açúcar desde o começo do século, uma retórica nostálgica associada ao período de hegemonia dos senhores de engenho enfatiza a argumentação da exploração econômica dos diferentes grupos sociais da plantação do açúcar pelos usineiros e ao fim da antiga moral paternalista. Um processo análogo à concorrência entre as usinas de açúcar e os moinhos e a desclassificação correlativa dos senhores de engenho pode ser pensado para explicar os fenômenos sociais que levam a migração para essa usina têxtil nas regiões semi-áridas do sertão, onde o equilíbrio da exploração camponesa subordinada à grande propriedade é rompido pela extensão e intensificação das pastagens.
 - 10 Utilizamos aqui o termo “instituição total” (*total institution* no original em inglês) e não o termo francês “instituição totalitária”, carregado de outras conotações, em conformidade com a possibilidade aberta pela nota do tradutor francês (Goffman, 1968: 41), e segundo o uso que tende a prevalecer em francês (cf. Louis Pinto, 1989: 12, note 1).
 - 11 “Re-habiller”, que posteriormente traduzimos por conferir uma “nova roupagem” [Nota dos Tradutores].
 - 12 A expressão “a sopa”, designando esse meio de transporte precário, pode também evocar a mistura de alimentos de procedência diversa e provocar a extensão, por associação, com a mistura de gente e o amontoamento presente no ônibus.
 - 13 Ilustração da espoliação material e simbólica, descrita nos processos de admissão nas instituições totais, que, neste caso, é anterior à entrada na cidade operária.
 - 14 Seja nas terras mais distantes da cidade, para as famílias camponesas que produziam para o mercado, seja para o cultivo dos canteiros operários.
 - 15 Na literatura anglo-saxônica sobre as usinas “paternalistas”, as práticas de abastecimento encaminham, freqüentemente, os operários a se tornarem devedores da empresa e a se submeterem a deduções de salário como contrapartida das compras feitas a crédito (fiado) em um lugar de venda monopolizada (tendo muitas vezes um alto lucro); tais práticas são conhecidas sob a denominação de “truck-system”.
 - 16 Sobre a importância do futebol amador desenvolvido nas cidades operárias, para o futebol profissional brasileiro como um todo, cf. J. S. Leite Lopes com S. Maresca (1989), e também J. S. Leite Lopes e J. P. Faguer (1994).
 - 17 Um dos governadores de Pernambuco (nomeado pelo presidente da república, Getúlio Vargas, no final dos anos 1930) fazia um contra-teatro pessoal, em relação a esse industrial (ver nota 5), oposição também carismática, que contribuía na produção de adeptos entre os trabalhadores de Paulista, especialmente no momento da proteção ao sindicato operário, ameaçado pelo forte poder local da companhia. Fundado em 1931, a partir de uma nova lei federal estimulando a sindicalização, e do apoio do governo local saído da Revolução de 1930, o sindicato operário de Paulista foi interditado, em 1932, depois de uma greve pelas oito horas de trabalho. Em 1942, ele foi reaberto com o apoio do já citado governador nomeado por Vargas.
 - 18 Para compreender as especificidades históricas do sindicalismo brasileiro, e para apreciar a importância dos

efeitos locais, paradoxais, de um sindicalismo controlado pelo Estado que, em certas conjunturas, pode estimular os conflitos de classe, cf. Leite Lopes, 1991.

- 19 As associações de direito civil, criadas primeiramente como sociedades mútuas para assegurar os funerais, chamadas ligas camponesas, propagaram-se nos estados de Pernambuco e Paraíba, entre os anos de 1955 e 1964.
- 20 Em confiança, uma vez que o momento da pesquisa de campo ainda era aquele da ditadura.
- 21 É exatamente o contrário da política de incorporação da força de trabalho acompanhada entre os anos 1930 e 1950 que teve lugar depois de 1964, quando a companhia tentou demitir os operários mais antigos. Essa tentativa desencadeou uma luta na justiça do trabalho, entre 1967 e o começo dos anos 70, pelo pagamento das indenizações a que os operários tinham direito: a maior parte dos trabalhadores que prestou queixa finalmente recebeu como parte de suas indenizações a propriedade da casa onde eles moram na cidade operária. Uma parte da geração recrutada até os anos 50 pode, assim, permanecer na cidade operária, quebrando o antigo monopólio que a companhia tinha sobre a propriedade das casas. Cabe a eles mesmos contar a história da formação das lutas de seu grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Rosilene. (1985). *Constituição da Família e Trabalho Industrial*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 633 páginas (tese de doutorado).
- _____(1989). “Famille et Prolétarisation Industrielle”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, nº 8, déc., p. 41-80.
- ALVIM, R. et LEITE LOPES, J.S. (1990). “Familles ouvrières, familles d’ouvrières”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, nº 84, sept., p. 78-84.
- _____(1991). “Les jardins secrets de l’usine”, Paris, *Cahiers d’Economie et Sociologie Rurales*, nº 21, déc., p. 71-98.
- BELLO, Júlio. (1948). *Memórias de um Senhor de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2^{ème} édition.
- BOURDIEU, Pierre. (1982). *Ce que Parler Veut Dire*. Paris: Fayard, 244 pp.
- CABANNES, Robert. (1992). “La chaîne et la trame”, Paris, *Cahiers d’études africaines*, 125, XXXII-1, p. 161-167.
- CORRÊA, Mariza (1982). “Repensando a família patriarcal brasileira”, in *Colcha de Retalhos. Estudos sobre a Família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p. 13-38.
- DAMATTA, Roberto. (1981). *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- FREYRE, Gilberto. (1987). *Casa Grande e Senzala*. 15^a edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GARCIA JR., Afrânio. (1989). *Libres et Assujétis; Marché du Travail et Modes de Domination au Nordeste*. Paris: Editions de la MSH.
- GEERTZ, Clifford. (1991). *Negara: o Estado Teatro no século XIX*. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil.
- GOFFMAN, Erving. (1968). *Asiles; études sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus*. Paris: Minuit.
- _____(1973). *La mise en scène de la vie quotidienne*, 2 vols. Paris: Minuit.
- GUESLIN, André. (1992). “Le paternalisme revisité en Europe Occidentale”. Paris: *Genèses*, mars, p. 201-211.
- JOYCE, Patrick. (1980). *Work, Society and Politics*. London: Methuen (spécialement chapitres 4 et 5).
- LEITE LOPES, J. Sérgio. (1988). *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo / Brasília: Marco Zero / Editora da Universidade de Brasília.
- _____(1991). “Lectures savantes d’un syndicalisme paradoxal; la formation de la classe ouvrière brésilienne et le syndicat ‘officiel’”, *Genèses*, nº 3. Paris, mars, p. 73-96.
- LEITE LOPES, J. S. avec MARESCA, Sylvain. (1989). “La disparition de la joie du peuple; note sur la mort d’un joueur de football”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, nº 79, sept., p. 21-36.
- LEITE LOPES, J. S. et FAGUER, J.P. (1994). “L’invention du style brésilien; sport, journalisme et politique au Brésil”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 103, juin, p. 27-35.
- LINS DO RÊGO, José. (1960). *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- NOIRIEL, Gerard. (1988). “Du ‘patronage’ au ‘paternalisme’: la restructuration des formes de domination de la main d’oeuvre ouvrière dans l’industrie métallurgique française”, Paris, *Le Mouvement Social*, nº 144, juil.-sept. p. 17-36.
- PALMEIRA, Moacir. (1977). “Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional”. Rio de Janeiro: *Contraponto*, Ano II, nº 2.
- PERROT, Michelle. (1979). “The three ages of industrial discipline in nineteenth-century France”, in J. M. Merriman (ed.), *Consciousness and Class Experience in Nineteenth-Century Europe*, New York: Holmes & Meier Publishers, p. 149-168.
- PINÇON, Michel. (1985). “Un patronat paternel”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 57/58, juin, p. 95-102.
- PINTO, Louis. (1989). “Expérience vécue et exigence scientifique d’objectivité” in Patrick Champagne, Remi Lenoir, Dominique Merllié et Louis Pinto, *Introduction à la pratique sociologique*,

Paris, Dunod, p. 7-52.

TEPICHT, Jerzy. (1973). *Marxisme et Agriculture; Le Paysan Polonais*. Paris: Armand Colin.

THOMPSON, Edward P. (1976). "Modes de domination et révolutions en Angleterre", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 2 / 3, juin, p. 133-158.

_____(1979). *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Editorial Crítica-Grijalbo.

_____(1991). *Customs in Common*: London, The Merlin Press.

VAN GENNEP, Arnold. (1969). *Les Rites de Passage*. Paris/La Haye, Mouton/Maison des Sciences de l'Homme.